



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

N.º 39, DE 2023

(Do Sr. Florentino Neto)

Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para disciplinar o cômputo do tempo de trabalho efetivamente exercido no enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19) pelos servidores públicos civis da área de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

SAÚDE;

PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , de 2023

(Do Sr. FLORENTINO NETO)

Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para disciplinar o cômputo do tempo de trabalho efetivamente exercido no enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19) pelos servidores públicos civis da área de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 8º

.....

§ 9º No período de Emergência de Saúde Pública declarado em ato do Ministro de Estado da Saúde, o tempo de trabalho efetivamente exercido no enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19) pelos servidores públicos civis da área de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será contado em dobro como tempo de contribuição para fins de aposentadoria.” (NR)

Art. 2ª O Poder Executivo irá regulamentar o disposto no §9º, do art. 8 da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa alterar a Lei Complementar nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995 para possibilitar a contagem em dobro para o tempo de aposentadoria dos servidores da saúde que trabalharam efetivamente durante o período da pandemia.

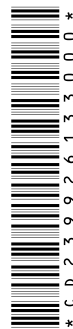
Tem como fundamento no art. 16 da Lei nº 8.080, de 19/9/1990 (regulamentado pelo Decreto nº 7.616, de 17/11/2011), o Ministro de Estado da Saúde editou a **Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 (publicada no Diário Oficial da União e 4/2/2020)**¹, declarando, em todo o País, a “Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional” (ESPIN) em razão da pandemia do Coronavírus (Covid-19).

A Lei nº 13.979, de 6/2/2020, estabeleceu medidas para o enfrentamento do Coronavírus (Covid-19), prevendo, no § 2º do art. 1º, que ato do Ministro de Estado da Saúde estabeleceria “a duração da situação de emergência de saúde pública”. E, na Lei Complementar nº 173, de 27/5/2020, foram estabelecidas medidas de natureza fiscal necessárias para possibilitar o enfrentamento do Coronavírus (Covid-19).

Finalmente, o Ministro de Estado da Saúde editou a **Portaria GM/MS nº 913, de 22 de abril de 2022 (publicada em 22/4/2022)**, que, no prazo de 30 dias de sua publicação, entrou em vigor, promovendo a revogação da **Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020**, e encerrando a “Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional” (ESPIN) em razão da pandemia do Coronavírus (Covid-19).

Os servidores públicos civis da área de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estiveram, **de 4/2/2020 a 22/5/2022, período da “Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional” (ESPIN)**, na linha de frente do enfrentamento do Coronavírus

¹ Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt0188_04_02_2020.html. Acesso em: 26 fev. 2022.



(Covid-19), colocando suas vidas em risco para cuidar de pessoas infectadas e mitigar os dramas familiares vivenciados.

Não há dados oficiais sobre quantas pessoas trabalharam na linha de frente no combate à pandemia de Covid-19, mas o que se sabe é que mais de **4,5 mil profissionais de saúde morreram no Brasil entre março de 2020 e dezembro de 2021**. Os números fazem parte de um levantamento realizado pela Internacional de Serviços Públicos² (ISP) que avaliou o impacto da Covid-19 entre profissionais da saúde do Brasil. A pesquisa produzida pelo estúdio de inteligência de dados Lagom Data utilizou dados do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS).

Em meio a uma das piores crises sanitárias do século e a todo desconhecimento sobre a doença, enquanto os profissionais de saúde se equilibravam entre salvar vidas e preservar suas próprias, era gritante o paradoxo do reconhecimento: aplausos de desconhecidos – isolados em suas residências – por diversas cidades do país, ao mesmo tempo em que, ainda sem contar com a disponibilidade da vacina, precisavam lidar diariamente com a falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados para poderem trabalhar. Um quadro que, segundo revelou o estudo, levou esses trabalhadores a registrarem o dobro de mortes em relação à média dos dois anos anteriores. E mais: as médias de mortes extras entre os profissionais eram mais altas do que as do total de profissões no Brasil.

Valorizar e reconhecer o trabalho desafiador dos profissionais de saúde que atuaram de forma incansável no combate à pandemia da Covid-19 é dever desta Casa de Leis. Segundo dados do Ministério da Saúde³ foram confirmados 37.076.053 e infelizmente 699.276 óbitos pelo novo coronavírus afetando todo os estados Brasileiros.

2 <https://www.epsvj.fiocruz.br/noticias/reportagem/estudo-aponta-que-mais-de-45-mil-profissionais-de-saude-morreram-durante-o-auge>

3 <https://covid.saude.gov.br/>



Não tenho dúvidas de que, se não fossem os valorosos profissionais de saúde espalhados pelo Sistema Único de Saúde, as perdas sofridas seriam ainda maiores e a superação da pandemia do Coronavírus (Covid-19) demoraria ainda mais, potencializando os dramas e as dificuldades enfrentadas em todo o território nacional e por todas as famílias brasileiras.

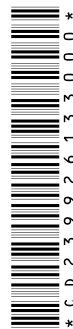
O Projeto de Lei Complementar que ora subscrevo estabelece, no contexto exposto, uma medida compensatória para os servidores públicos civis da área de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que estiveram na linha de frente do enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19) no período de vigência da Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020.

Proponho a inclusão do § 9º do art. 8 da Lei Complementar nº 173/2020, para determinar que os servidores civis da área de saúde, no período de vigência da Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, possam, em relação ao tempo de serviço prestado no enfrentamento do Coronavírus (Covid-19), contá-lo-a em dobro no cômputo do tempo de contribuição necessário para fins de aposentadoria.

O mérito desta iniciativa parlamentar é inquestionável, pois reconhecerá os relevantes serviços prestados no período “Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional” e valorizará os servidores públicos civis da área de saúde espalhados pelo Sistema Único de Saúde. Conto com o apoio dos demais Parlamentares para aprovação deste Projeto de Lei Complementar.

Sala das Sessões, em de março de 2023.

Deputado FLORENTINO NETO



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
RESOLUÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADO S Nº 17, DE 1989 Art. 120º,161º	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1989/resolucaodacamaradosdeputados-17-21-setembro-1989-320110-norma-pl.html

FIM DO DOCUMENTO